

Definição sobre mandato pode ser obrigatória, diz Ulysses

Janio de Freitas

Como se fora oposição

A retenção, pelo ministro Anibal Teixeira e por ordem atribuída ao presidente Sarney, de verbas destinadas aos Estados, neste momento em que a irritação pública já adota modalidades físicas, equivale, além de outras coisas, a estimular acontecimentos perturbadores nas capitais, com repercussões inevitáveis no quadro nacional já grave.

Há dez dias, o Palácio de governo em Porto Alegre foi invadido e dominado, durante oito horas e meia, por grevistas a que a falta de meios estaduais tem impedido de atender. Certo bom-senso do governo gaúcho evitou que a cena dramática adquirisse pior feição.

Cercado no Palácio anteontem, em Florianópolis, o governador Pedro Ivo mandou a PM abrir o seu caminho até o carro, pretendendo viajar a Brasília em busca de verbas prometidas e não liberadas. Inútil também, como sua antecessora, a violência democrática dos cassetes peemedebistas, o governador teve de voltar ao seu tugúrio. À espera, ainda que involuntária, de que outro governador do PMDB assumira a posição de mais recente vítima de deserturas. O que não exclui a outra espera: a das verbas trancafiadas no Planalto para que os governadores forcem seus respectivos convencionais a aprovar o mandato presidencial de cinco anos, caso não seja possível evitar discuti-lo, na convenção do PMDB daqui a dez dias.

Enquanto os limites convencionais de protesto vão sendo rompidos quase que por toda parte e o governo retém as verbas que solucionariam muitos deles, até por antecipação, observa-se um quadro curioso nas relações das forças políticas. Como lembrava agora mesmo o deputado

Ulysses Guimarães, a propósito de brotoejas oposicionistas que aparecem à superfície do peemedebismo, "tanto o PMDB é governo que tem dezesseis ministros". Mas o PMDB dos governadores não é considerado governo. Nem o é o dos prefeitos das capitais. A estes, exceto Orestes Quércia, Newton Cardoso e Moreira Franco, mesmo os "ministros do PMDB" tratam, quase todos, com a dieta sempre aplicada a Estados e cidades governados pela oposição. E, acréscimo de curiosidade nesta original composição brasileira, os governadores fazem o jogo político conveniente aos parlamentares e ministros do "PMDB que é governo".

O problema é que os governadores não entendem as sutilezas de seus eleitos.

Dando voltas

Depois de tanto queixar-se de que os cofres do Estado do Rio lhe foram deixados, pior do que a zero, repletos de dívidas, não ficaria bem que Moreira Franco fizesse gastos vultosos em compras e contratações de serviços duvidosos. Tanto mais que pode haver atenção alheia posta nestes atos. Zeloso, Moreira determinou então que cada gasto grandioso, e por isso inexplicável, seja dividido em diversas licitações pequenas, como se fossem várias compras.

Na última sexta-feira foram liberadas duas aparentes licitações: uma, para compra de 35 automóveis de passeio; outra, para compra de 75 automóveis de passeio. Os dois lotes para a mesma secretaria — a de Agricultura, que ninguém imaginaria estar precisando de 110 automóveis. Compreende-se, porém: são de passeio.

Para Ulysses, texto de Cabral cumpre programa partidário

Da Sucursal de Brasília

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, vai apresentar à convenção nacional do partido, a se realizar nos próximos dias 18 e 19, um documento afirmando que o anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), cumpre rigorosamente o programa do PMDB e deve ser defendido pelos constituintes do partido.

O documento, de autoria do jurista Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses, foi submetido à apreciação de um pequeno grupo de políticos do PMDB, em reunião realizada no último domingo, na casa do presidente do partido. Estiveram presentes na reunião, além dos ministros Raphael de Almeida Magalhães (Previdência Social) e Celso Furtado (Cultura), o secretário-geral do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), o presidente do Senado, Humberto Lucena (PB), e os deputados Heráclito Fortes (PI), Genebaldo Correia (BA), Ibsen Pinheiro (RS) e Luís Henrique (SC), líder do partido na Câmara.

Embora não aborde o sistema de governo a ser adotado no país e a

duração do mandato do presidente José Sarney, por serem assuntos polêmicos, o documento foi aprovado em sua totalidade. O senador Fernando Henrique Cardoso fez apenas dois pequenos reparos ao texto, que foram atendidos por Miguel Reale. Até o final da tarde de ontem, o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, não havia lido o documento.

Contrariando a avaliação da ala "esquerda" do PMDB, o documento da Executiva nacional vê uma série de avanços no anteprojeto de Bernardo Cabral. A única exceção ficaria com a proposta de reforma agrária, oriunda em quase sua totalidade da Comissão da Ordem Econômica, e que pode suscitar discordâncias. Entretanto, Ulysses entende que é possível conciliar as divergências quanto a este assunto.

Dentre as avaliações positivas do anteprojeto da Comissão de Sistematização, o documento da Executiva Nacional do PMDB lista o fortalecimento do Poder Legislativo e da sociedade civil, que terá vários canais de participação com a nova Constituição. Teses defendidas pela ala "esquerda", como a definição da empresa nacional e de reserva de mercado, também são destacadas no documento como pontos satisfatoriamente atendidos.

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, disse ontem que a convenção nacional extraordinária do partido, marcada para os dias 18 e 19 próximos, poderá votar moção tornando obrigatório, para os constituintes do partido, acompanhar as decisões que vierem a ser tomadas pelos 724 convencionais, inclusive no que se refere à duração do mandato do presidente José Sarney.

A informação de Ulysses marca mais um passo no rumo do rompimento do suposto "pacto do diabo", na medida em que o Palácio do Planalto vem insistindo que a soberania dos constituintes é tanta que não pode ficar condicionada à decisão de qualquer convenção partidária. O "pacto do diabo" é o nome dado por lideranças peemedebistas a um suposto acordo pelo qual Ulysses apoiaria cinco anos de mandato para Sarney, em troca da ajuda deste para eleger-se presidente da República ou ser indicado primeiro-ministro, no caso da introdução do parlamentarismo.

Perguntado pela Folha se acompanharia a decisão da convenção, se ela preferir quatro anos de mandato para Sarney, Ulysses escapou pela tangente: "Se a decisão for vinculativa..."

Táticas

Já prevendo, exatamente, a hipótese de que a convenção aprove a vinculação entre suas decisões e o comportamento dos constituintes, os setores moderados do PMDB iniciaram ontem uma ofensiva para tentar retardar ao máximo o processo de decisão na convenção. Uma das táticas será a apresentação de três questões preliminares para que os convencionais decidam se: 1) a convenção fixará ou não diretrizes para os constituintes em matérias programáticas; 2) a convenção fixará ou não diretrizes para questões não-programáticas (caso do mandato do presidente, por exemplo); 3) se as decisões da convenção devem ou não ser obrigatoriamente seguidas.

E, em mais uma indicação de que seu alinhamento dos últimos meses com os moderados está se esgarçando, Ulysses se antecipou ontem a estas táticas: ele informou que, hoje, na reunião da Executiva partidária que se inicia às 10h, será discutida uma fórmula de votação, na convenção, que permita que "o partido saia com decisões tomadas sobre todos os temas".

O presidente peemedebista explica que no Congresso constituinte, com 559 integrantes, tem verificado o elevado número de horas que leva cada votação. "Na convenção, onde estarão 724 delegados e com uma grande multiplicidade de temas, as votações poderão se prolongar demasiadamente e impedir, assim, que se esgote no voto todo o temário. É isso que vamos discutir amanhã (hoje), porque quero que o partido saia da convenção com todas as indagações respondidas", afirmou Ulysses.

Votação secreta

A Folha apurou que a tendência predominante na Executiva é a de fazer votação secreta para todos os temas constantes da pauta, que vão da conjuntura econômica às questões constitucionais, passando pelo mandato do presidente. É difícil avaliar, entretanto, se a votação secreta (normalmente as convenções decidem pelo sistema de braços levanta-



Orestes Quércia, Waldir Pires (à esq.) e Almino Affonso saem da reunião que mantiveram no Palácio dos Bandeirantes

Quércia é contrário à inclusão do tema na convenção

Da Reportagem Local

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, 48, disse ontem de manhã, em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, que não acredita que Ulysses Guimarães ponha em votação a duração do mandato do presidente José Sarney na convenção do partido. O governador disse que Ulysses afirmou "exatamente o contrário" no encontro que ambos tiveram há cerca de uma

semana em São Paulo, e reafirmou sua posição de que mandato e sistema de governo são questões que devem ficar fora da convenção. "Em princípio, acho que não deve haver uma decisão do partido sobre o assunto", disse.

Quércia falou à imprensa depois da entrevista concedida pelo governador da Bahia, Waldir Pires, com quem teve um encontro em seu gabinete. Na opinião do governador baiano, "é

desimportante a duração do mandato; o partido não deve ter questões fechadas quanto a isso".

Quércia disse ter conversado por telefone na manhã de ontem com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, sobre a reunião de governadores do PMDB, que Ulysses Guimarães quer convocar para a véspera da convenção. Segundo Quércia, trata-se de uma proposta ainda não definida, e seu objetivo é "garantir a unidade do PMDB".

dos) favorece os partidários dos quatro anos ou os defensores dos cinco anos para Sarney.

Diante da inevitabilidade da votação sobre o mandato na convenção, como confirmou ontem Ulysses Guimarães, os favoráveis à tese dos cinco anos resolveram sair do imobilismo em que se encontravam a reverter o atual quadro que, como é reconhecido por eles, favorece hoje uma definição por um mandato de quatro anos.

Rolo compressor

Segundo o coordenador da bancada peemedebista de deputados federais de Minas Gerais, Marcos Lima, "dá para ganhar a convenção". Ele reconhece que a tarefa não será fácil e que será preciso "juntar o presidente da República, os ministros, os governadores e os secretários de Estado". Ou seja, para que a tese dos cinco anos seja vitoriosa, será necessário um verdadeiro rolo compressor sobre os convencionais do PMDB.

Segundo Lima, este jogo pesado já está a todo vapor em Minas Gerais, onde, nos próximos dias, o governador Newton Cardoso convocará todos os convencionais do Estado para pressioná-los pelos cinco anos. Cardoso, segundo apurou a Folha, é o único governador que até agora arregaçou as mangas para pressionar os convencionais.

Sant'Anna

Ontem pela manhã, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), também decidiu arregaçar as mangas. Debruçado sobre a relação de convencionais do partido de todo o país, ele traçava sua estratégia. As 19h, otimista, dizia: "Dá para reverter, bater chapa e ganhar na convenção".